

O CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO SOBRE AS PESQUISAS NA ÁREA

Glucia Uliana Pinto¹

Maria do Carmo Morales Pinheiro²

Resumo: O texto apresenta uma revisão das temáticas e tendências de pesquisa encontradas em trabalhos que tomaram a produção do conhecimento da área da Educação Infantil como objeto de levantamentos e investigações realizadas com base em diferentes acervos, quais sejam, os Cadernos de Pesquisa (CP) da Fundação Carlos Chagas, o GT7 da ANPED e a pós-graduação em Educação. O mapeamento aqui explicitado é feito a partir das elaborações de CAMPOS & HADDAD (1992), KRAMER (2004), ROCHA (1999) e STRENZEL (2000; 2001).

Palavras-chave: revisão bibliográfica – produção de conhecimento – Educação Infantil.

Abstract: The text presents a revision of the thematic and tendencies of researches founded in works that took the knowledge production of the field of Childhood Education as object of surveys and investigations accomplished with base in different resources, that are the Cadernos de Pesquisa and other documents from the Carlos Chagas Foundation, GT7 from ANPEd (National Association of Education Research) and the post-graduation in Education. The mapping explicitated here is made from the workings of CAMPOS & HADDAD (1992), ROCHA (1999), KRAMER (2004) e STRENZEL (2000; 2001).

Key-words: bibliographic revision – knowledge production – Childhood Education.

A Educação Infantil como campo de conhecimentos no contexto da pesquisa educacional no Brasil

É a partir da história da assistência à infância que podemos compreender a gênese da produção de um conhecimento que tem como objeto a educação de crianças de 0 a 6 anos em instituições de atendimento (KUHLMANN JR., 1998). Tal processo evidencia uma preocupação com a criança que contará com a contribuição de novos campos do conhecimento como a Biologia e a Psicologia Infantil, e mais tarde, com as Pedagogias de Froebel, Montessori, Decroly

¹ Psicóloga e Doutoranda em Educação – PPGE/UNIMEP. E-mail: gluciauliana@yahoo.com.br

² Professora do curso de Educação Física – UFG/CaC. Doutoranda em Educação – PPGE/UNIMEP. E-mail: carmopin@gmail.com

Glucia Uliana Pinto¹

Maria do Carmo Morales Pinheiro¹

e Pestalozzi, as mais veiculadas e consumidas pelas instituições de Educação Infantil no Brasil, pois significavam a modernização do país.

Porém, a emergência da Educação Infantil como **campo de produção** de conhecimentos no Brasil pode ser datada da década de 70, pois, até então as intervenções pedagógicas nas creches e pré-escolas se davam a partir de teorias importadas dos países europeus, enquanto a pesquisa de nossa realidade e a crítica àquelas teorias ainda se mostrava muito incipiente.

Tal marco afina-se com a produção em âmbito internacional, segundo o que afirmam Plaisance & Rayna (apud ROCHA, 1999), que identificaram essa realidade nas tendências da pesquisa em Educação Infantil apontadas pelos congressos internacionais: “o conhecimento científico sobre a pequena infância e sua educação [é] uma elaboração recente que aflora nos últimos trinta anos” (p.85, grifos nossos).

No caso do Brasil, é apenas nas décadas de 70 e 80 que a produção teórica da Educação Infantil tomará um novo e determinante impulso com a criação dos programas de pós-graduação em Educação – e conseqüente expansão das investigações na Universidade e demais Centros de Pesquisa –, com a veiculação de artigos sobre o tema nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e com a criação do GT7 da ANPEd.

Gatti (1983) revela que a atividade de produção de conhecimento em Educação no Brasil começa a se tornar significativa no final dos anos 30 com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cujas atividades principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais, abrem espaço para o pensamento educativo no Brasil. Mas a efetiva implantação de programas de pós-graduação na área só acontece no final dos anos 60 com a expansão das Universidades no país e o surgimento de grupos de pesquisa dentro delas, o que foi parte do projeto de modernização conservadora do governo militar pós-64³.

O marco de referência da implantação destes programas é o parecer 977/65 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, que definiu e regulamentou a natureza e os objetivos da pós-graduação no país. A partir da consolidação dos cursos de mestrado, nascem os cursos de doutorado, respondendo a demanda de um modelo brasileiro de formação intelectual, para a construção de uma identidade científica brasileira em educação (GATTI, 1983, p. 11). Na década de 80, cresce não só o número de dissertações e teses defendidas, como também as publicações em livros e revistas na área da educação, e a intensificação da produção científica nos programas de pós-graduação sobre Educação Infantil acontece, principalmente, no final dos anos 80 (ROCHA, 1999).

³ Tal projeto envolvia os planos de desenvolvimento nacional, a formação de recursos humanos qualificados para todos os níveis de ensino, preparação de pesquisadores de alto nível e capacitação profissional (RAMALHO, 2005).

No âmbito da pesquisa, sistematização e veiculação do conhecimento em Educação, a criação da Fundação Carlos Chagas (FCC) em 1964 foi essencial. No conjunto de suas atividades realiza diversos tipos de concursos, planejamento e execução de processos de seleção, além de desenvolver projetos de avaliação educacional, sendo que desde 1971 atua com a pesquisa educacional, e dentre os vários temas sobre os quais se debruça, está o da educação da criança de 0 a 6 anos. Os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da FCC e de outras instituições integram os “Cadernos de Pesquisa” e os “Estudos em Avaliação Educacional”, publicados e distribuídos pela entidade. (<http://www.fcc.org.br>).

Para Kramer (2004) o pioneirismo dos CP em discussões acaloradas sobre o ensino no país e importância política nos rumos tomados pela educação faz parte de uma história que se consolidou ao longo de seus 30 anos. O impacto de suas produções nas políticas públicas e movimentos sociais demonstra o resultado de um trabalho que vai além dos espaços acadêmicos. Assim, vê-se que já na década de 70, principalmente a partir do interesse de um grupo de pesquisa liderado pela psicóloga Ana Maria Poppovic, os Cadernos de Pesquisa da FCC foram um importante veículo de publicização dos trabalhos sobre Educação Infantil, além de documentos internos da FCC que mostram o debate e a investigação de seus pesquisadores sobre o referido tema.

Outro fato importante na constituição da Educação Infantil como um campo do saber, é a criação da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) em 1978, que a partir de 1981 garantiu o funcionamento do Grupo Temático Educação de 0 a 6 anos, originado das intensas discussões sobre as políticas sociais e educacionais que marcaram aquela década. Dentre suas discussões, estava a busca pelo reconhecimento da situação da área, ainda incipiente em termos de elaboração teórica, sem tradição acadêmica, motivo pelo qual se desenhava a necessidade do GT7 ser um espaço de debate de questões teórico-metodológicas bem como de políticas educativas (CAMPOS et al, 2002).

Se no começo, se constituiu de um espaço mais restrito, no fim dos anos 80 adotou nova sistemática de apresentação escrita dos trabalhos e comunicações para as reuniões anuais, deixando mais claros os contornos da pesquisa na área; mas é na década de 90 que o GT7 se consolidou como grupo de pesquisa. Além disso, ele cumpriu papel fundamental nas discussões sobre a definição do lugar da educação da criança de 0 a 6 anos na Constituição Federal de 1988 e LDB de 1996.

Com base nessa realidade, o presente texto faz uma revisão do conhecimento produzido na área de Educação Infantil tomando por fontes trabalhos que tiveram como objeto de estudo/reflexão a própria produção acadêmica da referida área justamente nesses espaços de

elaboração. Nossas fontes são: o artigo de CAMPOS & HADDAD (1992), sobre os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas no período 1971-1991; o livro de ROCHA (1999) sobre a trajetória das pesquisas em Educação Infantil no Brasil de 1990 a 1996; o artigo de KRAMER (2004) que discute a produção de conhecimento veiculada pela Fundação Carlos Chagas de 1970 até 2004; além de dois trabalhos publicados e apresentados no GT7 da ANPEd no período 1994-2006, que tem por alvo a pós-graduação.

Desse modo, esta revisão tem como objetivos: 1) mapear temáticas e tendências apontadas pelas investigações realizadas nos diferentes acervos; 2) reconhecer se há diferenças entre as temáticas e tendências delimitadas nos acervos perscrutados pelos autores que analisaram a produção do conhecimento, e se houver, quais são; 3) identificar a perspectiva de análise dos autores que se debruçaram sobre a produção do conhecimento da área da Educação Infantil no Brasil, traçando aproximações e distanciamentos, bem como semelhanças e diferenças entre as mesmas.

Os Cadernos de Pesquisa (CP) e outros textos da Fundação Carlos Chagas

Para revisar o conhecimento veiculado pelos CP utilizamos duas fontes: o texto de Campos & Haddad (1992), comemorativo dos 20 anos dos Cadernos, que analisa os trabalhos sobre a Educação Infantil publicados entre 1971-1991; e o de Kramer (2004), em comemoração aos 40 anos da Fundação Carlos Chagas (FCC), que mapeia ênfases e tendências de pesquisa presentes nos CP de 1970 a 2004, e documentos internos da FCC relativos às políticas públicas e movimentos sociais no mesmo período.

Campos & Haddad (1992) comentam que os artigos analisados possuem forte ênfase institucional e o foco reside no tipo de atendimento prestado pela Educação Infantil. Entretanto, em relação aos trabalhos publicados na década de 70 o foco era a criança pré-escolar e não a creche ou pré-escola enquanto instituição, fato compreensível já que o importante era desenvolver as habilidades infantis pelas suas características inatas e não pela qualidade dos serviços prestados, ainda pouco numerosos.

Na busca por identificar os fatores relacionados aos problemas apresentados pelas crianças em início de escolarização, a preocupação investigativa do grupo de Poppovic era o desenvolvimento cognitivo infantil ligado à alfabetização. Primeiramente, relacionado às condições individuais da criança, depois aos fatores sociais e culturais condicionantes.

Nesse período, a pré-escola era considerada uma possibilidade de intervenção precoce frente ao grande contingente da população infantil que fracassava na escola (culturalmente

marginalizada e julgada inapta perante as exigências escolares). É nesse contexto que se dá a defesa pela pré-escola, entendida como ambiente que proporcionaria à criança carente, o mais cedo possível, uma assistência sistemática que lhe possibilitasse sucesso escolar posterior. O tom das pesquisas e práticas em torno da educação nos anos 70 foi dado pela educação compensatória, e os primeiros discursos oficiais sobre a pré-escola foram orientados pela idéia da privação cultural, marcadamente discriminatória (KRAMER, 2004), tomando a creche como ‘mal necessário’, ‘substituta materna’, ou seja, um local que compensa a ausência materna e proporciona desenvolvimento adequado.

Assim, dentre os temas dos anos 70, mapeados por Campos & Haddad (1992), estão as teorias da privação cultural e materna, a condição da mulher, e o surgimento de críticas às concepções preconceituosas das instituições de atendimento e seu público, tendo como tendência os estudos do fracasso escolar e teorias da privação cultural, com o que concorda Kramer (2004), ao apontar que a principal preocupação teórica e prática deste período nos CP situava-se no âmbito das políticas públicas e crianças em contextos de marginalização.

Trata-se de um período de efervescência política, teórica, social e, conseqüentemente, de ambigüidades, que é retratado criticamente pelos CP, norte que permanece nos anos 80, numa produção que ecoa as tendências e enfoques do momento, provocando reflexões críticas e a busca de caminhos (KRAMER, 2004). Desse modo, na passagem entre as duas décadas, críticas às concepções discriminatórias em Educação Infantil já estão presentes nas pesquisas, principalmente de cunho sociológico, o que marcará uma fase posterior sobre o tema, uma concepção político-ideológica fundamentada historicamente. O envolvimento dos grupos de pesquisa nos movimentos sociais e as posições críticas adotadas também marcam a fase seguinte da produção divulgada nos CP (CAMPOS & HADDAD, 1992).

Nos anos 80, a crítica à educação compensatória e privação cultural é utilizada tanto pelos defensores do ensino básico, retirando das propostas de Educação Infantil qualquer objetivo pedagógico, quanto pelos que reforçam a expansão da pré-escola e o atendimento de qualidade para a criança pequena. Também são influências os movimentos sociais e feministas, reivindicando a creche como direito, tendência que redefinirá a educação em creches e pré-escolas, com novas propostas metodológicas e abordagens teóricas.

As demandas políticas e sociais influenciam os pesquisadores da área, trabalhos sobre diagnósticos institucionais, levantamento de dados estatísticos, avaliações de programas, análises de legislações e da formação, relatos de experiência, ganham o cenário revisando teorias, posições e concepções. São feitas críticas à idéia de privação cultural e aos programas de baixo custo com profissionais não especializados, em trabalhos que, sobretudo, consideram a realidade social e

histórica dos objetos de estudo. As preocupações centrais dos artigos publicados nos CP são com o contexto político, as políticas públicas e a pobreza, e os trabalhos sobre a educação pré-escolar também se relacionam com essas temáticas.

Ao final do período, os trabalhos da abordagem histórico-cultural são mais bem sistematizados e ganham peso no país, bem como são inaugurados nos CP estudos sobre a história do atendimento no Brasil. Os temas que figuraram nos CP na década de 80 apontam para as Políticas Sociais como a tendência de pesquisa do período.

Quanto aos anos 90, ainda no começo quando CAMPOS & HADDAD (1992) fizeram suas análises, o principal tema de pesquisa apontado é história e políticas da Educação Infantil no Brasil, que se diferencia das constatações de (KRAMER, 2004), já que esta autora pôde mapear a década inteira, e por isso afirma que este é o momento em que as discussões a respeito da Educação Infantil parecem finalmente ganhar corpo. Para ela, os debates continuam, mas se tornam menos acalorados e alguns consensos parecem nortear os trabalhos. Os temas e enfoques deste período parecem continuar as discussões abordadas nos anos 80 em que as políticas públicas ainda predominam.

Apesar das conquistas dos anos 2000 (LDB de 1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1999), as indefinições orçamentárias permanecem e na visão da autora supracitada, são muitos os desafios postos para a real conquista dos direitos da criança:

(...) Concepções teóricas relativas à infância e à Educação Infantil, ações de agências internacionais, políticas sociais, formação dos profissionais da Educação Infantil, financiamento, questões pertinentes à creche, estruturação da Educação Infantil no âmbito da educação básica e sua articulação com o ensino fundamental, a história da Educação Infantil em diferentes contextos, organização dos sistemas municipais, orientações curriculares, critérios de qualidade e muitos outros. (IBIDEM, p. 23).

De modo geral, os artigos dos CP são de natureza política, ainda que tragam questões sociológicas, práticas e relativas a infância. São textos fundamentados em diferentes áreas do conhecimento, com referenciais teórico-metodológicos diversos, embora essa diversidade não seja objeto de análise no campo da Educação Infantil.

Entretanto, questões referentes ao Fundef, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os impactos da reestruturação das redes municipais (implantação dos ciclos) e a antecipação da escolaridade obrigatória a partir dos seis anos, são temáticas importantíssimas e que não aparecem nas publicações dos CP.

Kramer (2004) verificou também uma diminuição progressiva de artigos publicados sobre Educação Infantil nos Cadernos, bem como, poucos trabalhos sobre formação de profissionais

na área e pesquisas que retratem a infância e a criança do ponto de vista da diversidade cultural, étnica e social. Aponta que a necessidade de discussão crítica do binômio cuidar/educar é uma questão que permanece na busca de respostas.

Quanto aos outros textos da FCC analisados por KRAMER (2004), são documentos que focam as políticas públicas e movimentos sociais. Os temas dos anos 80 sobre as políticas públicas são correlatos aos do CP: creche, formação de professores, gênero, políticas locais e nacionais. Nos anos 90, os temas encontrados nos conjuntos de textos analisados pela autora foram: políticas nacionais, estaduais e municipais, formação, qualidade e critérios do atendimento. Num novo contexto legal, após a LDB/1996, os temas destacados na produção dos anos 2000 são a nova legislação, práticas pedagógicas, formação e políticas.

No que se refere aos movimentos sociais, a década de 70 é o momento da defesa das creches, da criação do GT7 da ANPEd, inicialmente liderado por uma pesquisadora da FCC, e de mobilização e estudo de temas essenciais. Os anos 80 inauguram a organização de seminários temáticos realizados no estado de São Paulo, sobre financiamento, currículo para formação de professores, legislação, dentre outros, e que permanecem nos anos 90 e 2000. A novidade da década de 90 é a criação do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), que contou com a participação de pesquisadores da FCC. Com base nesse cenário, KRAMER (2004) conclui que a atuação direta daqueles nas políticas públicas e movimentos sociais, explicita o impacto de suas produções na Educação Infantil desde os anos 70.

GT7 da ANPEd

O trabalho de Rocha (1999), sistematiza a produção do conhecimento em Educação Infantil tomando por base as pesquisas do GT7 da ANPEd no período de 1990 a 1996 e pesquisas nos campos das ciências humanas e sociais do mesmo período, cujas fontes são SBP, SBPC, ANPOCS e ANPUH. O objetivo do estudo foi investigar como as pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento têm contribuído para a constituição de um campo de conhecimento chamado pela autora de “pedagogia da Educação Infantil”, como um campo novo de investigação que se ampliou velozmente nas sociedades modernas. Seu esforço foi o de delinear a trajetória da pesquisa na área, em busca de políticas e orientações pedagógicas para esse campo específico da pedagogia, que tem como objeto a criança, suas relações, sua constituição, capacidades intelectuais, afetivas, etc, já que não é preocupação deste nível escolar o ensino propriamente dito.

O trabalho que envolveu a consulta de tantas pesquisas é justificado pelo fato de a Educação Infantil ser um campo de conhecimento multideterminado e que envolve a infância, objeto de estudo de várias ciências. Nesse sentido, anuncia um dos pressupostos para que se consolide uma pedagogia da Educação Infantil: o entrecruzamento disciplinar com várias ciências que investiguem a educação da criança pequena (p. 16).

Contudo, interessa aos objetivos deste texto, destacar apenas as constatações da autora a respeito do conhecimento produzido pelo GT7 da ANPEd, que segundo as observações de Rocha (1999), ao longo de sua história de produção, aponta para modificações significativas quanto as temáticas abordadas: de uma preocupação vinculada aos problemas sociais, passou ao campo das propostas e práticas pedagógicas (p. 84).

Como já verificado pela análise de outros acervos, na década de 80 eram poucas as pesquisas sobre a criança de 0 a 6 anos e sofriam grande influência da educação compensatória, além de restritas ao campo da psicologia. Já nos anos 90 os dados revelam que é significativa a produção sobre Educação Infantil, com o crescimento de pesquisas enfocando perspectivas pedagógicas, junto com a expressiva expansão do atendimento escolar da criança pequena, e uma das tendências é a crítica às teorias da privação cultural.

Outra tendência é de que as pesquisas do tipo diagnósticos institucionais, levantamento de dados, começam a ser superadas por trabalhos preocupados com o caráter educativo da creche e da pré-escola e estudos históricos que subsidiam críticas as concepções vigentes. Aparece variedade de enfoques nas produções da ANPEd, e de forma geral, as pesquisas se voltam mais à investigação dos diferentes aspectos das relações estabelecidas nas instituições de Educação Infantil, a formação profissional e as características do trabalho educativo. Há um breve afastamento das questões relacionadas às políticas educacionais mais amplas, antes objeto do GT7, para uma aproximação com estudos sobre políticas ou experiências regionais ou locais.

Alguns estudos buscaram recuperar a história e o papel social das instituições voltadas as crianças pequenas, para definir as funções próprias da creche e da pré-escola (o caráter educativo seria recente, superando o caráter puramente assistencial do início).

Trabalhos voltados para a história da infância, o jogo, a criança, influências étnicas no estado de São Paulo são marcantes. O jogo e a brincadeira são temas freqüentemente abordados, com diferentes enfoques e especialmente relacionados à prática pedagógica.

O reconhecimento do papel mediador da brincadeira da criança suscita uma série de estudos, indicando o jogo como o eixo principal da prática pedagógica na Educação Infantil (estudos de Piaget, Wallon, Bruner, Vygotsky, Froebel e repercussões no campo educacional).

A chamada “função pedagógica” vai ganhando forma a partir de pressupostos comuns, ao mesmo tempo em que surgem críticas, p.ex., ao modelo escolar cognitivo. A prática pedagógica passa a olhar a criança como um sujeito social, respeitando seu direito a brincadeira, espaço, cuidado e formas de expressão.

Estudos sobre o impacto das interações criança-criança e adulto-criança para a compreensão e constituição da linguagem na criança e a importância do brincar e da brincadeira para a oralidade, interação verbal e atividade de leitura, se concentram a partir de 1994 numa perspectiva sócio-histórica, que afirma a natureza social e dialógica da linguagem (Vygotsky e Bakhtin). Nessa perspectiva se admite a presença da linguagem escrita na Educação Infantil.

Dos 122 estudos analisados, a criança foi sujeito direto de 34 (41,5%). A autora conclui que a maior parte deles, tratou de uma criança abstrata, sem as múltiplas determinações que a compõem. O mesmo acontece nas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas. Em relação ao sujeito-professor, ele também é preterido em pesquisas que enfocam mais ações prescritivas da prática pedagógica. A autora aponta ainda que há poucas pesquisas que exploram determinações sócio-culturais como classe, gênero, raça ou etnia.

Entretanto, há estudos que buscam conhecer a criança e seu contexto sócio-educativo, outra tendência investigativa. Buscam ouvir as crianças nos contextos institucionais utilizando metodologias que respeitam as manifestações infantis (ex.: faz-de-conta) – no contexto de práticas que respeitem o direito à infância e as suas especificidades –, embora tais metodologias não sejam objeto de discussão entre os pesquisadores.

O tema desenvolvimento infantil representa um amplo número de trabalhos (25% do total), com uma relativa unidade de abordagens, constituindo-se também como tendência de pesquisa. Desde os anos 90 tais estudos deixaram de privilegiar aspectos isolados (cognitivos, p.ex.), centrando a investigação na abordagem sócio-histórica: processos de desenvolvimento-aprendizagem, interação social, linguagem e mediação, conceitos baseados principalmente em autores como Vygotsky e Bakhtin.

Por último a autora argumenta que os trabalhos têm se referido à criança na escola, ora como aluno, ora como sujeito social. Nesse aspecto, é importante avançar fronteiras, principalmente porque, nos tempos atuais, a educação e os processos de socialização têm se dado em múltiplos contextos.

Os dados demonstraram que na ANPEd, a pré-escola é mais pesquisada nos estudos da psicologia, e a creche (0 a 3 anos) tem maior atenção em estudos que investigam interações sociais e linguagem. Em relação ao tema formação de professores e prática pedagógica, os trabalhos se preocupam mais com a indicação de pressupostos e processos pedagógicos do que

com diagnósticos e intervenções. Mas um número significativo de trabalhos analisa a articulação entre formação nos cursos de pedagogia e a formação em serviço (articulação teoria e prática e relação pesquisa e ensino).

Dentre as conclusões da autora, destaca as contribuições para a Pedagogia de estudos oriundos da história, psicologia, sociologia, etc, na busca de uma pedagogia que contemple todas as dimensões do humano e a consideração da diversidade cultural. Para Rocha (1999), foi possível constatar o nascimento de uma pedagogia da infância no conjunto de pesquisas analisadas, com procedimentos e conceituações próprias, decorrentes de um acúmulo de conhecimentos sobre a Educação Infantil, originária de diferentes campos científicos.

Pós-Graduação em Educação

Para captar as “indicações pedagógicas” que vem se consolidando na área da Educação Infantil, Strenzel (2000) analisa os programas de pós-graduação em educação no Brasil, entre a década de 80 e final dos anos 90, momento em que ocorre o aumento da temática e seu papel preponderante para a consolidação de uma “pedagogia da Educação Infantil”.

Entre os achados, a autora conclui que a produção referente à Educação Infantil nos programas de pós-graduação concentra-se mais nos cursos de mestrado, sendo a década de 90, muito significativa. Em relação às teses de doutorado, o crescimento é mais recente, bem como os programas de doutorado em educação, concentrando-se nos anos de 1995 e 1998 (p. 2), dados demonstrativos de que a Educação Infantil é uma área com pesquisadores iniciantes e em processo de formação. Em relação ao locus em que são produzidas, são pesquisas realizadas principalmente na região sudeste: USP, UNICAMP e PUC de São Paulo; mas a região sul também apresentou produção significativa.

Em relação aos temas identificados pela autora, destacam-se: desenvolvimento infantil, teorias psicológicas e interações sociais, sintetizados no assunto ‘orientações das práticas pedagógicas’. Relacionados a isso, aparecem temas como brincadeira, linguagem, afetividade, alfabetização, currículo, métodos pedagógicos. Nos trabalhos que discutem a ‘história e políticas da Educação Infantil’, figuram os temas políticas públicas, legislação, administração de sistemas municipais educativos e qualidade da Educação Infantil. E um último conjunto de produções abarca o debate sobre ‘identidade e formação profissional’, abordando formação inicial de professores, em serviço e demais profissionais da área.

Foi verificado pela autora que os temas relacionados à criança pequena e práticas internas das instituições, não foram privilegiados nas pesquisas. A qualidade e organização dos serviços e as relações que se estabelecem no interior das instituições começam a aparecer nos anos 90.

Portanto, a preocupação com as peculiaridades desse nível educacional ganha espaço nas pesquisas mais recentes, com aportes teóricos que consideram a criança como sujeito social. A prática pedagógica na Educação Infantil passa a ser mais bem definida, assim como parâmetros que orientam práticas pedagógicas e formação profissional, se diferenciando do ensino fundamental, embora articulados como integrantes da educação básica.

Analisando a contribuição dos programas de pós-graduação em educação quanto às orientações pedagógicas para crianças de 0 a 3 anos no período de 1983 a 1998, Strenzel (2001) destaca que os estudos da psicologia e pedagogia permanecem considerando as crianças seres abstratos e a-históricos, baseados em uma criança padrão que se comporta e tem habilidades que devem ser desenvolvidas. São trabalhos que descrevem o desenvolvimento infantil a partir de padrões etários, portanto, biologicamente determinado. Além da Pedagogia e Psicologia, a autora encontrou estudos ligados às áreas das ciências sociais e da Educação Física.

As pesquisas no campo das ciências sociais (sociologia, antropologia) trazem a compreensão da criança como um ser imerso na cultura, com peculiaridades e especificidades. São trabalhos que contribuem para a prática pedagógica enfocando a brincadeira, os espaços físicos, as diversas linguagens, as artes, a formação para o cuidar-educar e o planejamento, produzindo um conhecimento sobre a criança e suas múltiplas determinações.

As investigações com base na Psicologia têm como temas as condições de trabalho dos professores e sua formação, os diferentes papéis sociais das crianças, indicando a necessária revisão da razão adulto-criança na creche e para que se vejam as crianças como parceiras sociais. A autora constatou poucos estudos sobre o desenvolvimento de bebês na creche.

Ligados à Pedagogia, os estudos apontam o desenvolvimento de práticas pedagógicas na creche, com ênfase na crítica da concepção universal de criança e do trabalho pedagógico atrelado ao modelo do Ensino Fundamental, bem como na necessidade de considerar as manifestações das crianças. Quanto à Educação Física, o enfoque recai sobre a relevância das brincadeiras com movimento corporal para a criança, pois possibilitam conhecê-la mais.

Entretanto, a autora aponta a necessidade de reflexão sobre o papel de cuidar e educar crianças pequenas (primeira infância), pois as fronteiras entre estes dois pólos ainda são pouco definidas, até porque, os profissionais que atuam no atendimento institucional desta faixa etária, necessitam de formação profissional que embase suas práticas e defina papéis. Apesar da crítica anterior, a autora conclui que houve contribuições da psicologia, educação física, das ciências sociais e da própria pedagogia para a constituição de uma “pedagogia da Educação Infantil”, área que “se refere às orientações teórico-práticas para a educação de crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas” (p. 12).

Algumas considerações finais

A revisão da produção do conhecimento da Educação Infantil no Brasil, feita por meio da lente de autores que sobre ela se debruçaram, pôs a nu algumas diferenças e semelhanças, proximidades e distanciamentos entre os acervos e entre as análises sobre eles, que pretendemos aqui destacar.

Primeiramente é preciso observar as diferenças em termos de relevância científica. Não há como negar que os Cadernos de Pesquisa da FCC e o GT7 da ANPEd possuem mais peso, e mais ainda os CP, já que este periódico veicula apenas textos de pesquisadores consolidados na área da Educação Infantil. A pós-graduação, por sua vez, significa um passo na formação de pesquisadores, e o GT7 da ANPEd, embora acolha, em sua maioria, trabalhos de pesquisadores consolidados, é mais aberto à textos de iniciação científica e/ou de pesquisas da pós-graduação. Assim, essa é uma primeira diferença que marca os acervos aqui re-visitados.

Quanto às temáticas e tendências, obviamente os trabalhos de Campos & Haddad (1992) e Kramer (2004) nos mostram resultados e análises comuns, por tratarem da mesma amostra. Entretanto, Kramer (2004) ressalta na década de 70 os estudos sobre a natureza psicológica e social da criança, enquanto no trabalho de Campos & Haddad (1992), a ênfase está na crítica e defesa de concepções vigentes, na condição e participação da mulher nos movimentos sociais, e nos rumos tomados pela Educação Infantil.

Embora haja diversidade de temas de pesquisa nos CP, algo identificado tanto por Kramer (2004) quanto por Campos & Haddad (1992), a tendência das investigações aponta para as políticas públicas, o que é detectado também em outros documentos da FCC.

Diferentemente da FCC, os trabalhos de Rocha (1999) e Strenzel (2001; 2000), sobre o GT7 da ANPEd e a pós-graduação, mostram que nestes acervos o enfoque das pesquisas recai nas especificidades da criança e do trabalho realizado com ela. No GT7 da ANPEd, há um movimento diferente em relação às pesquisas da FCC, pois a mudança temática é de foco: dos movimentos sociais para o campo das práticas e propostas pedagógicas nos anos 90 (ROCHA, 1999). Há um predomínio de preocupações com o micro, o interior das instituições: especificidades infantis, interação, linguagem, organização do espaço da creche, jogos, brincadeiras, embora não se trate de estudos necessariamente desvinculados de condicionantes históricos e sociais.

Essas diferenças observadas nos acervos trazem aspectos da história de constituição da Educação Infantil no Brasil que consideramos de interesse para a discussão aqui pretendida. Se o foco nos anos 70 era a pobreza, a marginalidade e os movimentos sociais e políticos,

interpretados por uma visão psicológica reducionista, é compreensível que a intensificação da produção científica nos anos 80, aconteça num cenário em que se observa uma expansão no atendimento à primeira infância e o próprio avanço das pesquisas nas diferentes áreas, interessadas na infância e na história da sua educação.

Tais estudos deram maior visibilidade à criança e à escola, surgindo no terreno preparado pelos estudos precedentes e por novos condicionantes históricos, sociais e políticos. Os estudos iniciados pela FCC deram o fôlego necessário para situar as especificidades da Educação Infantil, quando o olhar se volta para o sujeito criança, suas instituições e necessidades pedagógicas.

Em uma das conclusões do trabalho de Kramer (2004), a autora destaca que a participação dos pesquisadores da FCC foi significativa nos movimentos sociais de caráter político e científico, inclusive para a fundação/consolidação de entidades científicas.

Entretanto, como indicado nas pesquisas, críticas às teorias do fracasso escolar e privação cultural, estudos sobre a história e política da Educação Infantil, políticas no contexto mundial, qualidade e critérios de atendimento, práticas pedagógicas, pesquisas com crianças, são movimentos recentes, apresentando lacunas e insuficiências.

As temáticas de pesquisa que figuram em todos os períodos e acervos, com maior ou menor incidência, são as políticas públicas (tendência dos CP) e a formação profissional. Esta última aparece de modo mais marcante nos trabalhos de Rocha (1999) e Strenzel (2001; 2000), principalmente na faixa de 0 a 3 anos, onde a formação ainda se mostra deficitária, o que sugere serem os problemas das políticas de atendimento, bem como o da formação profissional, questões ainda não resolvidas e centrais na área, que carece de parâmetros mais bem delineados nos dois aspectos.

Outro ponto interessante é a diminuição progressiva do número de artigos sobre Educação Infantil nos CP, apontada por Kramer (2004), ao contrário do que é observado por Strenzel (2001; 2000) e Rocha (1999) em relação à pós-graduação e aos trabalhos apresentados no GT7 da ANPED, em que há significativo aumento da produção na área.

O principal distanciamento refere-se à perspectiva de análise das autoras. Eloísa Rocha e Giandréa Strenzel olham a produção acadêmica para pensar sua contribuição na consolidação do que consideram um novo campo de conhecimentos, a 'Pedagogia da Educação Infantil', fundamentando-se principalmente no referencial teórico italiano; enquanto Sonia Kramer, Maria Malta Campos e Lenira Haddad, fazem suas análises com base em referenciais das políticas públicas e história da educação, apontando sempre questões macro-sociais e defendendo a própria Educação Infantil como campo de produção de conhecimentos.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Z. **Pesquisa em Educação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- CAMPOS, M. M. et al. O GT Educação de 0 a 6 anos: alguns depoimentos sobre a trajetória. Trabalho Encomendado do GT7, 25ª Reunião Anual da ANPEd, **Anais...** Caxambu, 2002. (pp.1-15).
- CAMPOS, M. M. & HADDAD, L. Educação Infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 80, fev. 1992. (pp.11-20).
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em <<http://www.fcc.org.br>>. Acesso em: 30 de maio de 2007.
- GATTI, B. Pós-graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, 1978 – 1981. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 44, fev. 1983. (pp.3-17).
- KRAMER, S. A Fundação Carlos Chagas e a Educação Infantil no Brasil: uma trajetória de produção. In: COSTA, A. de O. et al (Orgs.) **Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Annablume, 2004. (pp.13-57).
- KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- RAMALHO, B. & MADEIRA, V. A pós-graduação em educação no norte e nordeste. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 30, set/dez. 2005.
- ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil**. Florianópolis: NUP/UFSC, 1999.
- STRENZEL, G. R. A contribuição das pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em Educação: orientações pedagógicas para crianças de 0 a 3 anos em creches. Trabalho apresentado no GT7 da 24ª Reunião Anual da ANPEd, **Anais...** Caxambu, 2001. (pp.1-15).
- STRENZEL, G. R. A produção científica sobre Educação Infantil no Brasil nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Trabalho apresentado no GT7 da 23ª Reunião Anual da ANPEd, **Anais...** Caxambu, 2000. (pp.1-12).